A diversidade, a diferença e a experiência da Secad¹

ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO*

RESUMO: Este artigo mostra as lutas feministas, dos movimentos negro e LGBT, a experiência de criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), entre 2004 e 2010, e a parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), além dos desafios da diversidade no campo da educação.

Palavras-chave: Diversidade e educação. Movimentos sociais e educação. Criação da Secad.

Introdução

O termo "diversidade" tem o sentido de afirmar, positivamente, diferenças. Quando o termo é utilizado em educação, já não se trata de quaisquer diferenças ou de diferenças em geral. Diversidade em educação quer afirmar a presença de sujeitos de direitos para os quais e com os quais é preciso desenvolver estratégias que levem em conta a natureza dessas diferenças e as desigualdades que, por processos históricos, políticos, sociais e culturais, foram impostas aos grupos que agora se reconhecem como diversos.

Diversidade² tornou-se um conceito político por excelência e distintos grupos sociais e identitários advogam o termo para afirmar, positivamente, suas diferenças. As lutas pelo reconhecimento positivo das diferenças são antigas, longas e duradouras, mas é possível identificar, em meados dos anos 1960, em especial nos Estados Unidos³, lutas de grupos que enfrentaram processos históricos de violência e discriminação, para afirmar seu direito de ser diverso.

* Doutor em comunicação e cultura. Professor Adjunto da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Trabalhou no Ministério da Educação (MEC), de 2004 a 2011. Presidente do Conselho Assessor das Metas Educativas 2021 da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Rio de Janeiro/RJ - Brasil. *E-mail:* <andre.lazaro@flacso.org.br>.

Três grandes exemplos⁴ recentes permitem relacionar o termo ‘diversidade’ às lutas pela conquista e afirmação de direitos. A história do movimento de libertação das mulheres é um exemplo da afirmação positiva da diferença. Desde o século XIX, em diversos países do mundo ocidental, pode-se reconhecer a luta de mulheres pelo direito ao voto, progressivamente conquistado, inclusive no Brasil na década de 1930. Nos anos 1960, ocorre no mundo ocidental o que tem sido chamada de a “segunda onda” do movimento feminista. A afirmação “o pessoal é político” traduz a reivindicação das mulheres por direitos iguais, direito ao próprio corpo e recusa em cumprir a agenda de papéis sociais como mãe e dona de casa. A expressão “liberação das mulheres” passou a ser usada a partir de meados dos anos 1960, para denominar as ações de autonomia das mulheres face à sociedade patriarcal que aprisionava a identidade feminina em papéis e funções previamente limitados e determinados.

Um segundo exemplo é o do movimento pelos direitos civis dos negros americanos, que tem como um de seus marcos políticos a ação da costureira Rosa Parks, em dezembro de 1955, de se recusar a ceder seu assento no ônibus a um homem branco, desobedecendo à legislação segregacionista. Foi presa, julgada e condenada, mas sua atitude inspirou ampla revolta na cidade. Anos de luta e mobilização do movimento pelos direitos civis levaram à realização, em agosto de 1963, da Marcha sobre Washington, liderada por Martin Luther King, quando milhares de manifestantes, brancos e negros, se reuniram na capital americana em favor da superação da legislação e práticas segregacionistas.

Um terceiro exemplo pode ser apontado na Rebelião de Stonewall, episódio ocorrido em Nova York, em junho de 1969, quando policiais atacaram gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros que se reuniam no bar Stonewall Inn. Por vários dias houve enfrentamento entre policiais e a comunidade gay e essas ações marcaram a luta pela defesa dos direitos civis da população LGBT. Um ano mais tarde, milhares de pessoas marcharam pela cidade em defesa dos direitos dos homossexuais e a data de 28 de junho tornou-se o dia do Orgulho Gay, tanto nos EUA quanto em outros países do mundo, dia de combate à homofobia e de defesa de direitos.

Essas lutas contra discriminação, segregação, preconceitos e violências orientadas especificamente a determinados grupos em função de características dessas pessoas – gênero, raça/etnia, orientação sexual – marcam as lutas pelos direitos civis, são referências nas lutas pelos direitos humanos e podem ser vistas como ação e afirmação positiva das diferenças: atualmente compreendidas como afirmação da diversidade.

Podemos encontrar no Brasil marcos e episódios equivalentes a estes e incluir as lutas dos povos indígenas por suas terras e respeito a suas culturas; dos povos do campo pela reforma agrária e direito à terra; a luta dos jovens pelo direito a suas expressões culturais, como no caso do *funk* no Rio de Janeiro; a luta das pessoas com deficiência pelo reconhecimento de sua condição cidadã em todas as dimensões da vida. Sempre que houver grupos oprimidos em função do exercício de sua identidade e de seus direitos, o

termo "diversidade" pode ser utilizado para caracterizar a reivindicação pelo reconhecimento do direito à diferença. Uma diferença positiva, afirmativa, que não pode nem deve ser reduzida ao exótico e folclórico. A diferença que constitui aquilo em torno do qual se afirma a diversidade é uma diferença constitutiva para a identidade do grupo e das pessoas que o integram. Essas diferenças são irredutíveis a uma hierarquia melhor/pior, superior/inferior com relação à cultura dominante e essa irredutibilidade tem importantes implicações para a vida política, cultural e social de nossas sociedades. E, naturalmente, importa muito para a educação.

Diversidade e educação

A força irredutível da diferença reivindicada pela diversidade questiona os modelos de educação hegemônicos, para os quais as finalidades da educação estão dadas e são coerentes com a produção e reprodução dos valores sociais vigentes. Quando novos sujeitos emergem no campo da política para questionar esses processos de produção e reprodução de valores, a própria educação acaba por se tornar ponto central das disputas políticas e ideológicas. Pode a educação acolher a diversidade como conceito e termo descritivo dessas diferenças? Deve a educação colocar em questão sua própria teleologia a partir do diálogo imposto pela presença da diversidade?

Diversidade é um termo político, pois não pretende apontar nenhuma essencialidade que esteja fora dos sentidos construídos pela vida social e política das sociedades. A reivindicação de "ser diverso" ocorre em contextos onde diferenças se tornam desigualdades, suportam opressões e impõem sofrimentos. Não é inexorável que "ser diverso" implique ser subordinado, oprimido, excluído de direitos, não reconhecido. Portanto, ao se reconhecer como diverso e nessa diversidade identificar o suporte de exclusões e desigualdades, os sujeitos diversos entram no campo da política e do questionamento quanto às razões dessa exclusão e desigualdade.

O cenário da educação no Brasil está marcado, entre outros aspectos, pela presença de sujeitos de direito que, até recentemente, não participavam da cena pública quando se tratava do direito à educação. Ou melhor, participavam da disputa pela presença na cena pública, mas não estavam reconhecidos como sujeitos de direito para ocupar esses espaços políticos. Sua presença leva ao questionamento de como e por que a educação brasileira durante muitos anos naturalizou a exclusão dos grupos do campo, das populações de baixa renda, dos negros, dos jovens, das pessoas com deficiência, dos grupos que se identificam como LGBT, das populações indígenas e ribeirinhas, de jovens e adultos analfabetos.

Diante desses fatos que apontam desigualdades, diante dessa diversidade que se reivindica como afirmação da diferença, a educação pode ter distintas posturas, desde

a indiferença até o envolvimento e compromisso, passando pelo reconhecimento que mantém distâncias. A indiferença ainda é um padrão repetido nos sistemas de ensino e em muitas universidades. São inúmeros os dados relativos à exclusão da população negra (pretos + pardos) da educação superior e, no entanto, universidades, em nome de sua autonomia, ainda resistem à adoção de ações afirmativas, mobilizando argumentos de qualidade que ignoram o valor da justiça para qualificar a qualidade. Que qualidade tem um sistema de ensino ou uma universidade quando sua atuação educacional reproduz e amplia as desigualdades? Como falar em qualidade sem considerar a equidade?

A questão da diversidade para a educação vai além da descrição desses grupos para os quais o termo 'diverso' pode ser utilizado, pois demarca uma diferença que se tornou suporte de desigualdades. Não se trata de manter diante desses grupos uma postura de reconhecimento que seja caritativa e, por meio desse reconhecimento, impor o silêncio e a participação regulada. Os que aqui chamamos de diversos não esperam que lhes seja dada uma educação que promova a desigualdade. Os diversos querem atuar para que a educação atenda a pelo menos dois aspectos: por um lado, ofereça a todos um educação que os reconheça como sujeitos de direitos. No Brasil, os movimentos negro, feminista e LGBT não advogam uma educação especial para eles, mas que a educação de todos e todas (para lembrar que gênero importa no debate) seja promotora do reconhecimento da diversidade como uma riqueza e não ameaça. Trata-se, portanto, de recusar a educação sexista, racista e homofóbica. Ao mesmo tempo, os diversos também advogam que a educação precisa romper com seus parâmetros eurocêntricos e urbanocêntricos, de modo que seu sentido seja também sentido para as comunidades do campo, quilombolas, ribeirinhas, periferias urbanas e as muitas juventudes de nosso país. Diversidade coloca no centro do debate a questão dos sentidos da educação. A presença dos novos sujeitos na disputa pela afirmação de seus direitos implica que a educação os reconheça também como sujeitos de conhecimento e de saberes.

Educação e diversidade na AL

Um fator de grande impacto na educação é o modo como a população percebe seu próprio direito à educação e como avalia a educação pública. A Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), em parceria com o Latinobarómetro, realizou em 2011 uma pesquisa de opinião que envolveu 18 dos 21 países da comunidade ibero-americana. O objetivo foi captar as percepções que a opinião pública tinha a respeito de um conjunto de aspectos da educação na região. Vamos comentar, entre tantas, duas questões: a avaliação que fazem da educação hoje e as expectativas que têm com a educação em futuro próximo.

Quando perguntados sobre o que pensam da educação pública hoje, em comparação com 10 anos passados⁵, a média para a América Latina diz: 42% melhor, 32% igual e 24% pior. No Brasil, os resultados são 43% melhor, 31% igual e 25% pior. Em maiores proporções, Costa Rica, Paraguai (58%), Equador e Colômbia (56% e 55%, respectivamente). Em proporções mais baixas, Honduras (15% melhor e 48% pior) e Chile (21% melhor e 41% pior).

Questionados sobre as expectativas quanto ao progresso da educação pública na próxima década, a porcentagem das respostas é animadora para todos os educadores, ao menos no Brasil: 62% dos entrevistados afirmam que a educação pública será melhor, 26% creem que ficará igual e 9% dizem que será pior.

Observando os dados, podemos notar que há o reconhecimento de melhora e uma expectativa de prosseguir nessa direção. Essas percepções têm impacto importante no próprio sistema educativo. A crença na capacidade de aprender é parte integrante das condições necessárias para a aprendizagem. Um fenômeno recorrente em países que naturalizaram a desigualdade (e quase todos da América Latina agiram assim) é que direitos são percebidos como privilégios e a educação parece dividir as populações entre os que podem aprender e os que não podem aprender. É comum entre as classes populares e grupos empobrecidos ouvir a expressão “meu filho não dá pra estudar”, como se aprender exigisse um dom especial. Restituir a educação como um direito de todos e todas e reafirmar a capacidade de aprendizagem de cada um e cada uma de nossas crianças e jovens reveste-se, nesse momento de transição, de um significado político que não pode ser subestimado.

A pesquisa (OEI, 2012) também investigou as medidas consideradas necessárias para melhorar a educação nos países da região. No Brasil, entre os fatores ponderados para a melhoria da educação, a remuneração dos professores foi o item indicado como de maior importância (57%), entre outras indicações como melhoria das instalações e da formação dos profissionais. Os professores são reconhecidos como tendo bom conhecimento sobre os temas (Brasil, 81%) e boa capacidade de ensinar (Brasil, 73%). A frequência dos professores à escola foi o ponto de avaliação mais baixa pela população (Brasil, 69%). Os resultados do conjunto da pesquisa expressam confiança na educação e nos profissionais a ela dedicados. Houve um ponto, porém, em que a pesquisa trouxe resultados inesperados.

Quando se perguntou sobre a educação como mecanismo de inclusão, 43% afirmam que, face há cinco anos, a educação está mais inclusiva do que era, 26% consideram que há menos oportunidades e os outros 26% consideram que a situação está igual. Questionados sobre que grupos mais sofrem exclusão educacional, a pesquisa informa que, na América Latina, 14% dos entrevistados creem que “as classes baixas” (para manter os termos do questionário) são as mais desfavorecidas. Seguem as populações das áreas rurais (10%), indígenas (9%), mulheres (2%) e afrodescendentes (2%), além de outros grupos.

Um aspecto revelado nessas respostas é que as populações ignoram as dimensões da exclusão educacional que ainda persistem. A diferença educacional na sociedade brasileira entre os 20% mais pobres da população e os 20% mais ricos continua elevada, assim como a diferença entre brancos e negros, áreas urbanas e rurais, região Sudeste e Nordeste. No entanto, com os avanços conquistados nestes primeiros anos do século XXI, essas diferenças estão diminuindo lentamente. A única diferença que tem se acentuado é a que separa a escolaridade das mulheres da escolaridade dos homens. Os indicadores utilizados para aferir o exercício do direito à educação informam que as mulheres têm mais anos de estudo, são a maioria nos sistemas educacionais, inclusive na pós-graduação e são mais persistentes na manutenção de seu percurso escolar. No entanto, quando se examinam as escolhas profissionais que faz a maioria de nossas estudantes, podemos ver a preponderância das chamadas carreiras femininas, ligadas ao cuidado e a papéis tradicionalmente destinados às mulheres.

A percepção da população brasileira identifica desigualdades educacionais, mas não as relaciona com as dimensões da diversidade. Assim, será necessário ampliar a informação e o diálogo sobre nossos sistemas educativos se pretendemos que eles sejam inclusivos e abertos ao diálogo com a sociedade brasileira. A educação é um direito, mas, para que se torne estratégica para o país, é preciso que a própria população a reconheça como um direito e esteja empenhada em garantir o exercício desse direito.

A experiência da Secad

A educação atravessa no Brasil um momento especialmente importante na perspectiva da garantia de direitos. O momento pode ser reconhecido, entre outros fatores, pela legislação recente (escolaridade obrigatória de 4 a 17 anos, piso salarial profissional nacional, Lei de Cotas), pelo aumento da participação da sociedade civil em torno do direito à educação e pela mobilização em torno do Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década e da Conferência Nacional de Educação (Conae). Esses fatos já expressam uma nova presença da diversidade no debate público.

Uma experiência recente de política da diversidade em educação foi a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)¹. Sua criação representou uma inovação na política educacional tanto por sua agenda quanto pelo modo de organização. Foram constituídas comissões com a participação de representantes de governo e de movimentos sociais para cada um dos temas da agenda. As comissões eram nomeadas por portaria ministerial, com agenda regular, pauta previamente definida, e ata-memória para registro dos debates e decisões.

Foram constituídas a Comissão Nacional de Educação do Campo, a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos relacionados à Educação dos

Afro-brasileiros (Cadara), a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (Cneei), a Comissão Nacional de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos (Cnaeja). Já o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (Cnedh) foi criado em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O grupo de trabalho Brasil sem Homofobia foi integrado por representantes dos movimentos sociais de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, além de representantes de diversas áreas da educação. Em todos os grupos de trabalho, comissões, comitês e conselhos participam representantes de movimentos sociais, secretarias e órgãos ligados ao Ministério da Educação, representantes de universidades que atuam no setor, representantes dos sistemas de ensino de estados e municípios (Consed e Undime), assim como organismos internacionais, como OEI e Unesco.

O conceito de diversidade em educação ganha o sentido político de promover e estimular os sujeitos de direito a que assumam e cumpram esse direito, que participem, avaliem, opinem, proponham, acompanhem e monitorem o sentido e a direção das políticas educacionais. Conferências, congressos, encontros, comissões de educação em todos os níveis de governo, diferentes instâncias passaram a contar com a presença ativa e criativa de diversos grupos e movimentos sociais organizados em torno de seus objetivos na educação. A agenda que vem dos movimentos sociais nas diversas mesas de diálogo sobre as políticas educacionais é o melhor parâmetro de qualidade da educação que pode haver. O exercício do direito é a melhor forma de tornar o Estado um instrumento da promoção da igualdade inscrita, prometida e esperada.

A importância de um conceito ativo de diversidade para os debates das políticas em educação é que ele favorece o reconhecimento de ausências, potencialidades, forças de resistência e ação transformadora. O que os nomeou “diversos” por meio de complexos processos históricos e políticos tanto lhes negou direitos quanto reconheceu identidades às quais buscou imputar diferenças de ordem natural. Por meio do conceito de diversidade, o reconhecimento do direito à educação ganha também a forma de questionar a naturalização dos processos de exclusão. Novos sujeitos, novas vozes interpretam e propõem caminhos para a história. Assim, por exemplo, o debate e as ações para a implementação da Lei nº 10.639, de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas da educação básica e sua oferta pelas instituições formadoras de professores. Houve um efetivo avanço no exercício do direito à educação pela população negra brasileira e isso é apenas um começo. Sua atuação está tendo impacto tanto na organização dos sistemas de ensino, que vão criando estruturas administrativas para atender à diversidade, quanto na organização curricular e no cotidiano escolar. A cultura afro-brasileira, presente em todo o país, passa a ser reconhecida como elemento estrutural de nossa identidade. Esse reconhecimento e legitimação das expressões da cultura afro-brasileira acabam por ter impacto positivo para o bom desempenho escolar de nossas crianças, jovens e adultos.

Um desafio permanente é qualificar, em cada situação concreta, de que educação estamos falando. Não se trata de educação repetitiva, mas uma educação pertinente e relevante para a vida desses grupos, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade e de seu pertencimento, com um novo horizonte de cidadania e participação. Um exemplo dessa ação foi a parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM)⁷ a partir do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres, criado pela Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília em 2004. Foi nesse contexto de diálogo que foi realizado o curso de formação de professores sobre raça, gênero e diversidade sexual. O curso na modalidade semipresencial atendeu a milhares de docentes em todo o país, com participação de universidades públicas, movimento feminista, movimento negro e grupos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Temas que até então eram ignorados pelo debate pedagógico ganharam espaço a partir do diálogo social.

O trabalho de parceria entre o Ministério da Educação, por meio da Secad, e os movimentos sociais contribuiu para que se criassem, nos diversos estados da federação, os fóruns de participação da sociedade civil. Assim, já havia desde o final dos anos 1990 os fóruns de educação de jovens e adultos⁸, criados para mobilizar e organizar as entidades e movimentos sociais que atuavam no campo da educação popular. Além dos fóruns de jovens e adultos, o trabalho de mobilização e participação da sociedade civil na formulação e acompanhamento da política motivou a criação de outros fóruns, como o da educação do campo, da educação para as relações étnico-raciais, fóruns para a educação escolar indígena e posteriormente comitês locais para a agenda da educação integral. Foram essas estratégias de mobilização e participação que asseguraram políticas significativas para cada um desses segmentos.

Importantes conquistas ganharam a forma de lei, como as ações afirmativas e reserva de vagas para o acesso de jovens negros e indígenas de baixa renda e que frequentam as escolas públicas à educação superior nos institutos e universidades federais. Legislação específica garantiu a autorização para pagamento de bolsas para estudantes e professores que atuam na educação do campo, quilombola e indígena. Resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação reafirmaram direitos das populações do campo e quilombola, diretrizes para a educação em direitos humanos ampliaram os sentidos que se pretende dar à educação⁹.

Os povos indígenas lograram importante vitória, com o conceito de território etnoeducacional, firmado em decreto presidencial¹⁰ e orientador da política de educação escolar indígena, onde se reconhece que a unidade dos povos indígenas transcende os limites administrativos de estados e municípios e deve ser tratada, em educação, como um território próprio. O conceito de território etnoeducativo traz para a educação a questão identitária dos povos indígenas e a defesa de seus territórios, ao mesmo tempo em que ancora na Constituição Federal o princípio organizativo do direito à educação

escolar. A realização da Conferência de Educação Escolar Indígena, em dezembro de 2009, com a participação de 245 etnias distintas, representou um avanço na organização do diálogo entre os povos indígenas e muitas outras instituições, como universidades, secretarias municipais, estaduais e federais sobre a garantia dos direitos da diversidade.

Desafios da diversidade

Vitórias recentes na afirmação da diversidade como um princípio capaz de organizar o debate sobre o direito à educação apontam novos desafios, somados àqueles persistentes. O desafio persistente é a reafirmação do direito à educação, a certeza de que aprender é um direito e uma possibilidade de cada um. O desafio persistente é o próprio valor da diferença na construção do que é comum. As práticas cotidianas de nossa sociedade ainda reproduzem lugares e estigmas sobre os quais a educação quer agir para transformar. A crença na melhoria da educação é um fator que impulsiona a mudança. A ignorância da desigualdade é uma expressão de sua naturalização entre nós. O desafio que toda educação brasileira enfrenta é superar a banalização da desigualdade e promover a justiça como um fator de qualidade da própria vida em comum. É honroso para os profissionais da educação que esteja em nossa agenda o enfrentamento das desigualdades. É preocupante se ela for abandonada por outros setores ou que se imputem à educação os limites para sua superação.

Se a afirmação da diversidade como expressão de direito é um desafio conceitual e ativo, um desafio prático é romper a lógica entre desigualdade e diversidade. A introdução de sistemas de avaliação, como a Prova Brasil e o Ideb se, por um lado, permitiram diagnosticar dimensões de qualidade da escola pública, até então negligenciadas, possibilitaram também identificar a extensão e profundidade da desigualdade no país. Os resultados também destacaram as imensas desigualdades no exercício do direito à educação pelos povos do campo, as periferias urbanas, as regiões empobrecidas, os bairros populares. Diversidade e desigualdade parecem sobrepostas nos mapas educacionais. Não há resposta simples para esse desafio: não se avaliou o suficiente a herança da pobreza sobre o aprendizado de nossas crianças (YANNOUNAS, 2013), mas se sabe que o racismo impõe às crianças negras a frustração de suas carreiras educacionais (LOUZANO, 2012). Não está acordado que se avalia no teste o que foi ensinado na escola e vice-versa. Obviamente, a população tem o direito de conhecer os resultados de aprendizagem de suas crianças e jovens. A partir de seu conhecimento, é possível exigir políticas e investimentos. E, nesse aspecto, a diversidade importa mais do que nunca pelo reconhecimento das diferenças. Políticas públicas que ignoram as dimensões de desigualdade, portanto da diversidade, tendem a aprofundar a separação de grupos da população no acesso a direitos.

O rompimento da sobreposição entre diversidade e desigualdade no mapa educacional exige que o conceito ativo de diversidade seja compartilhado pelo Estado brasileiro. Em educação isso implica garantir a articulação entre os níveis da federação: União, estados e municípios, um regime de colaboração que tem como referência a garantia de direitos. A participação dos sujeitos de direito é decisiva para que as políticas educacionais atendam às necessidades das populações a que se dirigem.

A formação de profissionais da educação nos temas da diversidade ainda é frágil. A própria Lei nº 10.639 e a legislação do Conselho Nacional de Educação ainda não ecoaram em nossas universidades e faculdades, responsáveis pela formação de professores. Este é um pequeno indicativo do quanto é necessário avançar para que nossos profissionais da educação tenham uma formação capaz de reconhecer e valorizar a diversidade.

Notas

- 1 Agradeço a Ricardo Henriques, Fernando Haddad, Tarso Genro e José Henrique Paim e à equipe da Secad, pela participação na criação e gestão da Secretaria, no período de março de 2004 a janeiro de 2011. A partir de 2011, a Secad passou a chamar-se Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) quando os programas da educação inclusiva foram incorporados; anteriormente não abarcava a inclusão.
- 2 “A diversidade é muito mais do que o conjunto das diferenças. Ao entrarmos nesse campo, estamos lidando com a construção histórica, social e cultural das diferenças, a qual está ligada às relações de poder, aos processos de colonização e dominação. Portanto, ao falarmos sobre a diversidade (biológica e cultural) não podemos desconsiderar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e das lutas sociais.” (GOMES, 2007, p.41).
- 3 Utilizar exemplos americanos atende a dois aspectos: são eventos melhor documentados e estão relacionados com a emergência da noção de diversidade que transborda para os campos da política, dos estudos culturais e da reflexão filosófica.
- 4 Na Wikipédia se encontram informações mais detalhadas sobre cada um dos exemplos narrados. Vale a leitura, para lembrar que a conquista de direitos, hoje óbvios e “naturais”, custou a vida e o empenho de milhares de pessoas. Não há “direitos naturais” que não tenham sido conquistados por lutas duras e longas.
- 5 O estudo pode ser lido no capítulo 2 do relatório da OEI (2012).
- 6 Foram incluídos aqui argumentos apresentados em artigo a ser publicado pela organização *Contrato Social por La Educación em Ecuador* sobre a participação dos movimentos sociais na formulação de políticas educacionais.
- 7 A ministra Nilcéa Freire foi a autora da proposta.
- 8 Confira: www.forumeja.org.br.
- 9 Alguns exemplos: Decreto nº 6.093, de 2007, Programa Brasil Alfabetizado; Decreto nº 7.352, de 2010, Educação do Campo; Decreto nº 7.416, de 2010 regulamenta a Lei nº 12.155, bolsas de ensino e extensão para educação do campo; e Decreto nº 7.083, de 2010, Programa Mais Educação.
- 10 Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que “dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.”

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003.
- _____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004.
- _____. Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007.
- _____. Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009.
- _____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010.
- _____. Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. Regulamenta os artigos da Lei 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010.
- _____. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2007..
- LOUZANO, Paula. Fracasso escolar e desigualdade no ensino fundamental. In: TODOS PELA EDUCAÇÃO (Org.). **De olho nas metas 2012**. São Paulo: Ed. Moderna, 2012. p.114-125.
- ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS (OEI). **Miradas sobre la educación en la iberoamérica**. Madrid: OEI, 2012. Disponível em: <<http://www.oei.es/publicaciones/destacado.php>>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- YANNOULAS, Silvia Cristina. **Política educacional e pobreza**. Brasília, DF: Liber, 2013.

Recebido em agosto e aprovado em setembro de 2013

Diversity, difference and the experience of Secad

ABSTRACT: This paper presents the feminist, black movement, and LGBT struggles, the experience of the founding of the Department of Ongoing Education, Literacy and Diversity (Secad) between 2004 and 2010, and the partnership with the Secretariat for Women's Policies, as well as the challenges of diversity in the field of education.

Keywords: Diversity and education. Social movements and education. Foundation of Secad.

La Diversité, la différence et l'expérience de la Secad

RÉSUMÉ: Cet article montre les luttes des féministes, des mouvements noir et LGBT, l'expérience de la création du Secrétariat à l'Éducation Continue, Alphabétisation et Diversité (Secad), entre 2004 e 2010, et le partenariat avec le Secrétariat de Politiques en faveur des Femmes, ainsi que les défis de la diversité dans le domaine de l'éducation.

Mots-clés: Diversité et éducation. Mouvements sociaux et éducation. Création de la Secad.

La diversidad, la diferencia y la experiencia de la Secad

RESUMEN: Este artículo muestra las luchas feministas, de los movimientos negro y LGBT, la experiencia de creación de la Secretaría de Educación Continuada, Alfabetización y Diversidad (Secad), entre 2004 y 2010, y la asociación con la Secretaría de Políticas para Mujeres (SPM), además de los retos de la diversidad en el campo de la educación.

Palabras clave: Diversidad y educación. Movimientos sociales y educación. Creación de la Secad.